

CONGRESSOS

ESTADO ATUAL DA PESQUISA HISTÓRICA NO BRASIL.

Mesa-Redonda por ocasião da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC-ANPUH).

CECÍLIA MARIA WESTPHALEN

e

JAIR MEQUELUSSE

Da Universidade Federal do Paraná

0. — *Introdução.*

Como parte integrante da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizou-se em Curitiba, graças à iniciativa da Diretoria da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), e organizada pelo Núcleo Regional do Paraná, Mesa-Redonda sobre o tema "Estado atual da Pesquisa Histórica no Brasil". Como relatores oficiais, foram convidados pelo Núcleo Regional do Paraná, com a colaboração do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, os professores: Eurípedes Simões de Paula, Alice Piffer Canabrava, José Honório Rodrigues, Francisco Iglésias, Brasil Pinheiro Machado, Altiava Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen. Foram convidados ainda todos os sócios da ANPUH e professores de História de estabelecimentos de ensino superior do País, bem como especialistas membros de várias entidades ligadas à pesquisa histórica, como o Arquivo Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A Mesa-Redonda teve lugar no dia 6 de julho de 1971, e compreendeu duas sessões, realizadas no período da manhã e da tarde. Após a apresentação dos Relatores oficiais e da discussão dos respectivos Relatórios, a palavra foi deixada livre aos participantes para a apresentação de Comunicações, havendo apresentado trabalhos as Professoras Celia Freire d'Aquino Fonseca, Gilka Vasconcellos Ferreira Salles, Anita Novinsky, Jeanne Berrance de Castro, Júlia Maria Leonor Scarano, e Ana Maria de Almeida Camargo.

*

1. — *Participantes.*

Compareceram à reunião os seguintes professores e pesquisadores:

1. — Eurípedes Simões de Paula, da Universidade de São Paulo.
2. — Alice Piffer Canabrava, da Universidade de São Paulo.
3. — José Honório Rodrigues, da Academia Brasileira de Letras.
4. — Francisco Iglésias, da Universidade Federal de Minas Gerais.
5. — Brasil Pinheiro Machado, da Universidade Federal do Paraná.
6. — Altiva Pilatti Balhana, da Universidade Federal do Paraná.
7. — Cecília Maria Westphalen, da Universidade Federal do Paraná.
8. — José Pedro Esposel, da Universidade Federal Fluminense.
9. — Gilka Vasconcellos Ferreira Salles, da Universidade Federal de Goiás.
10. — Ana Maria de Almeida Camargo, da Universidade de São Paulo.
11. — Maria Regina da Cunha Rodrigues, da Universidade de São Paulo.
12. — Carlos Alberto Dória, da Universidade de São Paulo.
13. — Cibele Saliba Rijek, da Universidade de São Paulo.
14. — Maria da Glória Alves Portal, da Fundação Educacional de Baurú.
15. — Victória N. El Murr, da Universidade de São Paulo.
16. — Marina de Andrade Marconi, da Faculdade de Filosofia de Franca.
17. — Rosa Maria P. Torrecilhas, da Faculdade de Filosofia de Ribeirão Preto.
18. — Rachel Costa da Rocha Loures, da Universidade Federal do Paraná.
19. — Ruy C. Wachowicz, da Universidade Federal do Paraná.
20. — Carlos Roberto Antunes dos Santos, da Universidade Federal do Paraná.
21. — Maria Aparecida da Silva, da Universidade Estadual de Londrina.
22. — José Ribeiro de Araújo Filho, da Universidade de São Paulo.
23. — Márcia de Campos Graf, da Universidade Federal do Paraná.
24. — Neusa Cavalcanti de Albuquerque, da Universidade Federal do Paraná.
25. — Walkyria Araujo de Oliveira, da Faculdade de Filosofia de União da Vitória.

26. — Astrogildo Fernandes, da PUC do Rio Grande do Sul.
27. — Ubaldo Puppi, da Faculdade de Filosofia de Marília.
28. — Jeanne Berrance de Castro, da Faculdade de Filosofia de Rio Claro.
29. — Maria da Conceição Martins Ribeiro, da Faculdade de Filosofia de Rio Claro.
30. — Elvira Mari Hara, da Universidade Federal do Paraná.
31. — Ariclê Vechia, da Universidade Federal do Paraná.
32. — Dióres Santos Abreu, da Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente.
33. — Theo Brandão, da Universidade Federal de Alagoas.
34. — Odilon Nogueira de Matos, da Universidade Católica de Campinas.
35. — José Gabriel Calmon da Costa Pinto, do Arquivo Nacional.
36. — Lili Matzenbacher, da Faculdade de Filosofia de União da Vitória.
37. — Marilda Gadotti, da Universidade Federal do Paraná.
38. — Lúcia Helena Bottmann, da Universidade Federal do Paraná.
39. — Zélia Moraes, da Universidade de São Paulo.
40. — Judith Elazari, da Universidade de São Paulo.
41. — Onildon Guimarães, da Universidade Federal de Alagoas.
42. — Célia Freire d'Aquino Fonseca, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
43. — Odah Regina G. Costa, da Universidade Federal do Paraná.
44. — Beatriz Pellizzetti, da Universidade Federal do Paraná.
45. — Anita Novinsky, da Universidade de São Paulo.
46. — Earle D. Macarthy Moreira, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
47. — Stella Ribeiro Maya, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
48. — Luiz Carlos de Mesquita Rothmann, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
49. — Jayme Antônio Cardoso, da Universidade Federal do Paraná.
50. — Sérgio Odilon Nadalin, da Universidade Federal do Paraná.
51. — Erasmo d'Almeida Magalhães, da Universidade de São Paulo.
52. — José Sebastião Witter, da Universidade de São Paulo.
53. — Beatriz Vasconcelos Franzen, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
54. — Helga Piccolo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
55. — Júlia Maria Scarano, da Faculdade de Filosofia de Rio Claro.
56. — Deise Aguiar de Ramos Forte, da Universidade de São Paulo.

57. — Moacyr França, da Faculdade Estadual de Filosofia de Garapuava.
58. — José Roberto do Amaral Lapa, da Faculdade de Filosofia de Marília.
59. — Dante de Laytano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
60. — Olympio Luiz Westphalen, da Universidade Estadual de Londrina.
61. — Luiz Emílio Ferreira Bueno, da Universidade Estadual de Londrina.
62. — Clarindo Faustini, da Universidade Estadual de Londrina.
63. — Mariza Budant, da Universidade Federal do Paraná.
64. — Ulysses Sebben, da Faculdade Estadual de Filosofia de União da Vitória.
65. — Sebastião Ferrarini, da Faculdade Estadual de Filosofia de Paranaguá.
66. — Madre Maria Ângela, da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae".
67. — Joubran El Murr, da Universidade de São Paulo.

2. — *A Mesa-Redonda.*

Os trabalhos da Mesa-Redonda tiveram início, com a apresentação, pelo Professor Eurípedes Simões de Paula, do Relatório organizado pelas Professôras Katia M. Abud e Raquel Glezer, do setor de Documentação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sobre "A Pesquisa de História do Brasil". Este Relatório conclui que:

- a). — "A maior parte dos pesquisadores não são brasileiros", mas sobretudo norte-americanos e ingleses;
- b). — "A maioria das instituições brasileiras não se dedica à pesquisa, mas sim à docência";
- c). — "Uma grande parte dos pesquisadores nacionais não possui formação científica, ou orientação segura para a pesquisa";
- d). — Embora o aparecimento recente de alguns núcleos de pesquisa, o país resente-se da ausência de um órgão centralizador, capaz de racionalizar as pesquisas e melhor dispor dos poucos recursos destinados à pesquisa histórica.

Aberta a discussão acêrca do Relatório apresentado, a palavra foi solicitada pelo Prof. *José Honório Rodrigues* que abordou alguns aspectos acêrca da dominância dos historiadores norte-americanos, produzindo aliás uma historiografia de alto nível, na pesquisa científica de História do Brasil, bem como levanta o problema do acesso aos arquivos, considerando que êstes devem estar abertos a todos os estudiosos, qualquer que seja a sua nacionalidade. Recorda ainda, a título de exemplificativa, de episódios ocorridos na sua carreira de pesquisador e como Diretor do Arquivo Nacional. O Professor *Eurípedes Simões de Paula* refere ao grave problema da migração de documentos históricos originais para o Exterior, considerando inteiramente válido o intercâmbio de cópias microfilmadas. Com a palavra, o Professor *José Honório Rodrigues* tece considerações sôbre a formação de "brasilianas" por estrangeiros e a remessa destas coleções para o Exterior, acarretando perdas irreparáveis ao patrimônio nacional. Lembra a saída da coleção do Coronel Adyr Guimarães que foi adquirida pelo govêrno da Austrália, e o descumprimento ainda hoje verificado da Lei Costa e Silva. O Professor *Dióres Santos Abreu* diz que mais grave ainda do que a saída de documentos e bibliotecas para o Exterior, é a perda dos documentos por incúria e ignorância, sobretudo dos arquivos de prefeituras, câmaras, e outras entidades, havendo pois necessidade de serem alertadas as autoridades municipais para a formação de arquivos e a sua preservação. A Professôra *Alice Piffer Canabrava* comunica que teve a oportunidade de sugerir ao Professor Delfim Neto, um projeto no sentido de serem preservados os livros das entidades federais ligadas ao Ministério da Fazenda, organizando-se em um dos Departamentos dêsse Ministério, uma secção de recolhimento dos arquivos fiscais esparsos por todo o país. O Professor *José Honório Rodrigues* diz que, de fato, o problema fundamental, a essência realmente de todo o problema da pesquisa histórica no País, está no recolhimento, no contrôle, na salvação dos documentos, não sômente dos documentos de âmbito local, mas de todos, inclusive os documentos federais que também estão sendo destruídos. Quanto ao recolhimento da documentação fazendária pelo Ministério da Fazenda, discorre sôbre os princípios seguidos pelos países mais evoluídos em matéria arquivística, concluindo que o Arquivo Nacional é que deveria centralizar tal recolhimento a fim de não haver dispersão, recordando ainda a tese universal da unidade e indivisibilidade dos arquivos nacionais. O Professor *Odilon Nogueira de Matos* comunica o trabalho que vem realizando em Campinas, com a organização de um arquivo de cópias microfilmadas, de documentos relativos à cidade de Campinas, existentes no Arquivo Nacional e no Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. O Professor *José Pedro Esposel* comunica que a Universidade Federal Fluminense vem de criar a disciplina de

Arquivologia, com enfoque não apenas em arquivos correntes, mas com todo um semestre dedicado aos arquivos históricos. Recorda problemas arquivísticos no País, e as dificuldades que o Arquivo Nacional, vinculado ao Ministério da Justiça, tem encontrado para o recolhimento da documentação de outros Ministérios. Lembra que nos Estados Unidos, o Arquivo Nacional é autônomo e o seu administrador nomeado pelo próprio Presidente da República. O Professor *José Honório Rodrigues*, abordando o mesmo assunto, diz que a preocupação não deve ser dirigida somente em relação aos documentos velhos, mas também deve haver preocupação pelos documentos que estão nascendo, com a maré crescente de novos documentos. Refere ainda que a função do arquivo não deve ser feita pelo historiador, e sim pelo técnico especializado, ou seja, o arquivista. A Professora *Alice Piffer Canabrava*, entretanto, lembra a necessidade da presença nas seções históricas dos Arquivos, de historiadores, pois que o arquivista embora possua a técnica, não tem a visão do historiador. O Professor *José Pedro Esposel*, por sua vez, enfatiza que os arquivos devem estar em mãos dos especialistas em arquivos, dos arquivistas e não dos historiadores, pois êstes tendem a arranjar os arquivos segundo os seus interesses e necessidades, enquanto que o arquivista com as técnicas específicas atende a todos os historiadores. A Professora *Cecília Maria Westphalen*, lembrando a situação em que se encontram os arquivos brasileiros, tanto locais, como nacionais, diz que o problema mais grave em relação aos mesmos é a ausência de mentalidade, a falta de mentalidade quer para a sua conservação e muito menos para a formação. Em consequência, há necessidade de formar-se uma corrente no sentido da sensibilização de várias áreas para que se crie uma mentalidade nova capaz de compreender a importância e a significação dos arquivos, inclusive para os programas de desenvolvimento econômico-social. Assim, há de concretizar-se uma política nacional de arquivos, cujo órgão de orientação central deverá ser, sem dúvida, o Arquivo Nacional. O Professor *José Honório Rodrigues* reforça esta assertiva considerando a luta constante que teve de manter como Diretor do Arquivo Nacional. Tece ainda considerações acerca da ausência da consciência histórica no Brasil, lembrando os momentos da História da França, com Napoleão, da Inglaterra, com a Rainha Vitória, da Rússia com Lenine, e dos Estados Unidos, com Roosevelt, com a preocupação pelos arquivos e com a produção de uma historiografia realmente válida. A Professora *Gilka Ferreira* comunica a tramitação no Conselho Federal de Cultura de projeto relativo à conservação do patrimônio artístico e histórico nacional, ao qual a Professora *Lena Castelo Branco Ferreira Costa* apresentou várias emendas, procurando realçar a importância da preservação do patrimônio histórico. O Professor *José Honório Rodrigues* aborda o

fato de ser necessário distinguir entre o patrimônio histórico e o artístico, tendo sido um erro fundamental dos serviços de proteção, a confusão entre a parte histórica monumental e a documental, incorrendo-se inclusive no erro técnico de criar museus para ter documentos quando estes devem estar é nos arquivos. A Professora *Maria Conceição Martins Ribeiro* enfatiza o fato de não existir legislação suficientemente forte para proteger o patrimônio histórico. Abordou ainda os problemas que o pesquisador encontra com referência aos arquivos cartorários. A Professora *Alice Piffer Canabrava* lembra, no entanto, o caminho a seguir, ou seja da autorização dada pelo Juiz de Direito. Encerrando a discussão sobre o Relatório apresentado pelo Professor Eurípedes Simões de Paula, o Professor *José Honório Rodrigues* insiste em que a cúpula do sistema nacional de arquivos, há de estar no Arquivo Nacional.

A seguir, o Professor *Francisco Iglésias* apresenta o seu Relatório sobre “A Pesquisa Histórica no Brasil”. Nas palavras do Relator, o seu Relatório tinha um caráter eminentemente crítico. Não era roteiro de trabalho, mas a denúncia da situação de inferioridade em que se encontram os estudos de História do Brasil. O trabalho foi dividido em sete partes:

Na primeira — “O tema e a realidade nacional”, procurou-se mostrar o impulso dos estudos históricos no Brasil a contar da terceira década do século XX, quando o País procura superar a estrutura arcaica pela modernização. Na segunda tratou da pesquisa histórica no Brasil, na atualidade, com a análise de alguns elementos que a condicionaram, como os Institutos Históricos, o ensino superior, o curso de História das Faculdades de Filosofia sobretudo, e alguns serviços públicos. Na terceira “Críticas e sugestões de José Honório Rodrigues”, lembra o papel desse historiador na reflexão da problemática da pesquisa. Na quarta parte trata dos progressos consideráveis feitos pelas Ciências Sociais no Brasil. Na quinta parte — “Novas perspectivas da História”, procurou mostrar como a História, no panorama dos cursos avançados, também caminhou, aprimorando a sua metodologia, interpretação e técnica de trato do material pesquisado. Na sexta parte cogitou da renovação da pesquisa histórica no Brasil, focalizando alguns elementos que podem condicionar todo o quadro, como o ensino superior — a reformulação do Curso de História da Faculdade de Filosofia, a profissionalização, ou seja, o necessidade de superar o amadorismo no trabalho historiográfico; os arquivos apontando-se a sua precariedade; o Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, órgão técnico para centralizar a pesquisa; o Banco de Dados de História do Brasil. Finalmente, o Professor *Francisco Iglésias* enfatiza que o objetivo do seu Relatório era a crítica do que há, na

denúncia da perda de terreno da História para outras Ciências Sociais, por culpa sobretudo do historiador, certa incompreensão de seu papel, e falta de sentido das mudanças operadas recentemente. A crítica era feita não pelo gosto da polêmica, mas como convocação para o trabalho de revisionismo do que se tem feito para melhor programação do que se deve fazer. Com a palavra, o Professor *José Honório Rodrigues* inicia a discussão do Relatório apresentado, complementando o pensamento do Professor Francisco Iglésias acêrca da crítica que realizara das Faculdades de Filosofia, afirmando que estas têm apenas formado o Professor de ensino médio, e não historiadores. Aliás, o Professor *José Honório Rodrigues* é de opinião que o historiador já nasce feito. Abordou ainda o problema dos currículos dos Cursos de História das Faculdades de Filosofia, criticando a sua hermeticidade, em comparação com os currículos flexíveis das universidades americanas e européias que oferecem aos estudantes amplas oportunidades de opção. Refere ainda a atenção, que deve ser dada à “história oral”, através de depoimentos gravados, citando o exemplo da Casa de Johnson nos Estados Unidos. A Professora *Alice Piffer Canabrava*, comentando o Relatório apresentado, procura refutar a assertiva pessimista feita pelo Professor Francisco Iglésias em relação à historiografia brasileira, lembrando vários exemplos de trabalhos de alto valor realizados ou ainda em curso. Admite, entretanto, a pouca importância que tem sido dada, no País, à ciência histórica, o que se traduz nos baixos níveis de remuneração e, sobretudo, na ausência de instrumental de trabalho adequado. De outro lado, salienta a importância do emprego de novas técnicas na História. O Professor *Dante de Laytano* comunica que foi, pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, criada a carreira de historiógrafo no serviço público daquele Estado. A Professora *Célia Freire d’Aquino Fonseca* tece considerações acêrca de projeto de regulamentação da profissão de historiógrafo. A Professora *Maria Conceição Martins Ribeiro*, a exemplo do que já vem sendo realizado por professores da Universidade de Minas Gerais, mas estendendo-se também ao ensino médio, apresenta a sugestão que as disciplinas de Moral e Cívica e de Estudo dos Problemas Brasileiros incluam a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. O Professor *Luiz Carlos Rottmann* apela para ANPUH no sentido de que a Associação promova gestões para a troca de informações que interessam aos professores, sobretudo neste momento de reforma universitária, quando, por exemplo, se promove a reforma curricular do Curso de História.

A seguir a Professora *Alice Piffer Canabrava* apresentou o seu Relatório sobre a contribuição da obra de Varnhagen e de Capistrano de Abreu para a historiografia nacional. Procura fixar alguns aspectos

da personalidade de Varnhagen. Aborda a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para demonstrar como Varnhagen se vinculou a êle e depois se separou, não mais seguindo inteiramente a orientação do Instituto. Êste, influenciado pelo sentimento nativista, seria o inspirador de uma série de trabalhos puramente biográficos, de exaltação às figuras nacionais e de exaltação ao índio, mas ao trazer o índio à cogitação dos historiadores, sofreu a influência do ambiente escravista do século XIX, apresentando mesmo uma imagem deturpada do indígena, muito longe daquela de exaltação, dada por José de Alencar. Êstes seriam alguns aspectos fundamentais do ambiente onde a figura de Varnhagen iria projetar-se, com a *História do Brasil*, cuja primeira edição foi de 1853. A obra prende-se a certas características do Instituto, mas ao mesmo tempo, dêles se liberta, sendo, sem dúvida, o monumento da historiografia brasileira no século XIX. Considera ser fundamental em Varnhagen, a exegese documental, dando bases sólidas ao trabalho histórico. Neste ponto, sem dúvida, vincula-se ao Instituto, mas supera a orientação dêste, chegando a uma perfeição técnica raramente igualada em sua época. De outro lado, tem uma concepção nova da História, em um sentido filosófico, do domínio da razão, a História expurgada das emoções e pretendendo relatar os fatos como realmente se passaram, sem o ufanismo um pouco vazio do Instituto. Outro aspecto abordado diz respeito a Varnhagen como um homem da elite dominante, êle próprio era um diplomata, que fazia a História segundo os pontos de vista da sua época, uma História segundo os grupos dominantes, uma História da elite. Capistrano de Abreu sem dúvida filia seu pensamento a Varnhagen e Ranke, havendo sido grande a influência alemã na sua formação. Entretanto, em sua obra, êle dá um tratamento nôvo à História, colocando-a no centro das outras ciências, no conjunto das Ciências Sociais. Assim, se do ponto de vista da técnica documental, da metodologia, êle era coerente, ao inserir a História nas Ciências Sociais, apresenta uma nova concepção, diferente daquela de Varnhagen que fazia uma história das elites. Capistrano faz uma abordagem inteiramente original dentro da historiografia brasileira, reconstruindo o quadro das condições econômicas e sociais do Homem, trazendo o quotidiano para a História. Assim, Capistrano tornou-se o elo entre o pensamento da geração de Varnhagen e o que desde a fundação das Faculdades de Filosofia, preside aos estudos históricos, o grande movimento no sentido de colocar-se a História no centro das Ciências Sociais. Com o Relatório da Professôra Alice Piffer Canabrava foram encerrados os trabalhos da sessão da manhã.

*

Reabertos os trabalhos, no período da tarde, o Professor *Eurípedes Simões de Paula* apresentou Relatório sob o tema "Algumas conside-

rações sôbre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira”, abordado o progresso da Ciência no mundo contemporâneo, a revisão da História e, sobretudo, o seu inter-relacionamento com as demais Ciências do Homem. Focalizou a seguir a importância da ação dos professores franceses, como Émile Coornaert, Fernand Paul Braudel, Jean Gagé, Émile-Guillaume Léonard; e outros, para a formação do grupo de professores e estudiosos da História na Universidade de São Paulo. Foi graças à influência e à orientação desses professores que foi o ensino da História, naquela Universidade, mais dirigido para os estudos econômicos e sociais, “formando uma bela unidade, responsável, sem dúvida, por uma quase homogeneidade que se nota entre os professores de História formados pela nossa Faculdade”. Abordou também o papel da Sociedade de Estudos Históricos e, sobretudo, aquele da *Revista de História*, fundada em 1950 e que já se encontra em seu número 88. Discorreu ainda sôbre o Centro de Documentação Histórica com suas funções bem distintas: “a de salvaguardar o acervo documental histórico dos arquivos públicos e particulares, dispersos pelo Brasil, e a de auxiliar teticamente, através de suas máquinas e de uma equipe especializada, os pesquisadores interessados”. A seguir o Professor *Eurípedes Simões de Paula* apresenta uma relação das dissertações e teses defendidas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, para as cátedras, livre-docência e doutoramentos em História, bem como dos Mestrados realizados, tendo, finalmente, considerações acêrca dos currículos e dos cursos de História ministrados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Com a palavra, o Professor *José Honório Rodrigues* critica os currículos rígidos dos Cursos de História nas Universidades brasileiras e o ensino tradicionalista ali ministrado, afirmando que a História do Brasil deve constituir a cadeia básica, o núcleo central dos cursos de História. O Professor *Dióres Santos Abreu* acrescenta que a ação orientadora da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, não se restringe somente aos seus diplomados, uma vez que estes são os professores das novas Faculdades, assim se prolonga a sua influência.

A seguir, o Professor *Brasil Pinheiro Machado* deu início a apresentação do Relatório sôbre “A pesquisa Histórica na Universidade Federal do Paraná”, dizendo das razões pelas quais a pesquisa histórica nela desenvolvida está voltada para a história regional, sobretudo como estratégia operacional. Refere o conceito de história regional, dentro do complexo da História do Brasil, como a história dos grupos humanos regionais, com a adoção, portanto, de um regionalismo social e não simplesmente geográfico, e considerando-se que cada uma

dessas históricas regionais têm uma ambientação que a diferencia das outras, usando-se o termo ambientação no sentido de caracterização, de espaço social. Conceituada a região histórica, e ante a contribuição das demais Ciências Sociais, chegou-se à conclusão que o instrumento de estudo para o conhecimento da história regional era o das comunidades, haja vista que a formação da sociedade brasileira não foi a formação de uma sociedade unitária, indiferenciada, monolítica, monogenética, mas foi um conjunto de formações regionais que nasceram e se desenvolveram quase auto-suficientemente isoladas, com motivações diversas e criaram estilos de vida diversos em regiões geográficas diferentes. Cada uma dessas formações regionais que se constituíram pelo seu modo de povoamento, tem a sua própria história. De modo geral estas histórias regionais seguem o seguinte modelo: 1. — O início do povoamento é assinalado pela formação de um núcleo colonizador, um centro social de irradiação, uma cidade ou uma vila. 2. — A expansão da comunidade, ou seja a expansão dirigida desse centro, de onde resulta a conquista, pela posse, de determinado território. 3. — A constante subordinação social e política dos núcleos resultantes da expansão ao centro social inicial, de modo a formar um conjunto.

Com a palavra, o Professor *José Ribeiro de Araújo Filho* tece considerações acêrca do interrelacionamento entre a área histórica e a área geográfica, dizendo que a História não vive sem a Geografia. O Professor *José Honório Rodrigues* acha que a posição apresentada como modelo de estudo, dentro de uma universidade regional está muito bem colocada, entretanto, para a compreensão histórica, é preciso que não seja sacrificada a ênfase na unidade nacional.

A seguir, as Professôras *Cecília Maria Westphalen* e *Altiya Pilatti Balhana* disseram das diretrizes do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, que conduziram os seus trabalhos de pesquisa para a história econômica e social regional, visando reconstituir um quadro tanto quanto completo da sociedade e da economia paranaenses, que possibilite traçar paralelos e apontar contrastes com aqueles de outras regiões do Brasil e do Mundo; e apresentaram os Projetos prioritários que se encontram em desenvolvimento. Projeto nº 1. — Levantamento e arrolamento de Arquivos. Considerando as perdas irreparáveis e as condições precárias dos arquivos locais, objetiva o levantamento sistemático desses arquivos, bem como, a longo prazo, o seu arrolamento, conforme metodologia própria. Projeto nº 2. — Navios e mercadorias no Pôrto de Paranaguá: Examina a vida do pôrto, do século XVII a princípios do XX, através das *séries* relativas às entradas e saídas de embarcações, importações e exportações,

prêços, e outras, evidenciando suas flutuações. Objetiva verificar a integração da economia paranaense na economia atlântica, bem como a medida dessa integração. Constitui, aliás, a primeira experiência em história quantitativa ou serial que se faz em História do Paraná. Projeto nº 3. — História Demográfica do Paraná: Objetiva o estudo quantitativo retrospectivo da população e da estrutura social do Paraná, através de duas categorias principais de documentos, os censos antigos e os registros paroquiais. Compreende, de um lado, o estudo do número, composição, distribuição, estruturas etária e ocupacional, organização e dimensão da família, grau de instrução, padrão de vida, taxas de natalidade, nupcialidade, mortalidade, e outras, da população do Paraná tradicional, na qual, o branco, o índio, o negro, e toda a variada gama de mestiços que caracteriza o quadro demográfico brasileiro, estão representados. E de outro, idênticos estudos serão realizados em relação dos contingentes étnicos que contribuíram para alterar o quadro demográfico paranaense, com a chegada de imigrantes. Alemães, poloneses, ucranianos, italianos, que constituem os grupos imigrados mais significativos, também serão estudados através das séries paroquiais.

O Professor *José Honório Rodrigues* fala sobre a necessidade da participação de arquivistas nos Projetos referentes aos levantamentos de arquivos, pois são os profissionais que possuem a técnica apropriada. Comenta as publicações sobre as técnicas de Arquivo, realizadas pelo Arquivo Nacional, quando da sua direção. Fala, ainda sobre a necessidade da formação de Arquivistas em todos os Estados, devendo esta tarefa caber sobretudo às Universidades.

A Professora *Cecília Maria Westphalen* apela para todos os presentes, sobretudo o Presidente da ANPUH e o Professor José Honório Rodrigues no sentido de promover-se uma corrente de opinião em favor de um Projeto Nacional de Levantamento de Arquivos.

O Professor *Dante de Laytano* solicita informações acerca da existência, nos arquivos paranaenses, de documentação relativa à Revolução Farroupilha, à Revolução de 1893, e às figuras do Barão de Antonina, do Presidente Oliveira Bello e de Manuel Ribas.

Encerrada a apresentação dos Relatores oficiais, foi dada a palavra aos Professores que solicitaram inscrição para comunicações pessoais.

3. — *Comunicações.*

A Professôra *Célia Freire d'Aquino Fonseca* apresenta sua comunicação sôbre "A disciplina Técnica de Pesquisa e sua contribuição ao ensino da História e de sua metodologia no Brasil", tecendo considerações sôbre a confusão existente, em muitos centros, acêrca das disciplinas de Didática da História e de Metodologia da História, a necessidade da reformulação, atualização e aperfeiçoamento desta última, com o treinamento sobretudo dos estudantes nas técnicas de pesquisa, a fim de evitar-se um ensino verbalístico, monótono e rotineiro. Assim, a introdução em 1970, da disciplina Técnica de Pesquisa em História do Brasil, pelo Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo seu caráter prático-teórico e aplicado, veio preencher uma lacuna dos cursos de História, nas Universidades Federais do País. Relata a seguir qual a orientação que tem sido dada a esta disciplina e apresenta várias sugestões para a melhoria do ensino de História nas Universidades brasileiras, entre as quais, a da introdução da disciplina de Técnica de Pesquisa em História do Brasil no currículo mínimo dos cursos de História; a publicação pelo MEC de coleções de documentos históricos; a fundação de Centros de Pesquisa junto às cadeiras de História do Brasil, e a instalação de cursos de Pós-Graduação em História.

A Professôra *Cecília Maria Westphalen* apoia a necessidade da introdução, no currículo dos cursos superiores de História, da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa, com uma orientação eminentemente prática e relata que, desde o ano letivo de 1968, está em funcionamento, com 4 semestres letivos, no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa, com real proveito e máximo interesse por parte dos estudantes.

A seguir, a Professôra *Gilka Vasconcellos Ferreira de Salles* apresenta sua comunicação sôbre "A pesquisa histórica em Goiás", tratando das origens da historiografia de Goiás, com o Cônego Antônio Luiz da Silva e Souza, J. J. Pereira Alecastre e Raymundo José da Cunha Mattos. Focaliza as narrativas de viagem feitas por João Emanuel Pohl, Auguste de Saint-Hilaire, Barão Von Eschwege, Oscar Leal, General Couto de Magalhães e Júlio Paternostro, bem como os historiadores do século XX, Americano do Brasil, Jarbas Jayme e Gelmires Reis. Comunica ainda a execução de um "Plano integrado de Pesquisa sôbre a Reformulação da História de Goiás", programado pelos professores das duas Universidades de Goiás. Finalmente, refere os arquivos onde podem ser encontrados acêrvos documentais para a his-

tória de Goiás, a cartografia e a bibliografia que direta ou indiretamente interessa à mesma.

O Professor *José Honório Rodrigues* lamenta a falta de dados acêrca dos três historiôgrafos goianos citados. O Professor *Odilon Nogueira de Matos* acrescenta informações sôbre trabalhos de Alencastre, bem como de B. Pôrto sôbre Silva e Souza.

A seguir, a Professôra *Anita Novinsky* apresenta a sua Comunicação sôbre "Os cristãos-novos no Brasil" demonstrado que durante 250 anos foi o cristão-nôvo um elemento discriminado na sociedade brasileira. Aliás, praticamente nada se conhece sôbre os cristãos-novos do Brasil, mesmo o seu número, ou o seu papel no desenvolvimento político, social e econômico, ou a sua influência na vida cultural brasileira. Refere os trabalhos publicados sôbre os conversos espanhóis; enquanto salienta as lacunas surpreendentes em relação aos conversos portugueses. Aponta a bibliografia existente, assinalando embora que a maioria dos trabalhos sôbre o assunto, trazem quase sempre as marcas de preconceitos anti-judaicos, ou de preconceitos anti-clericais. Em relação aos cristãos-novos brasileiros, as lacunas são maiores ainda, uma vez que até alguns anos praticamente nada se fêz, de maneira que ainda se encontra em branco êste capítulo da História do Brasil. Relata os trabalhos já publicados, salientando que os efeitos mais profundos da presença do cristão-nôvo na História do Brasil, não se liga aos 30 anos em que o judeu viveu livremente sua religião em território ocupado pelos holandeses, e pensavam como judeus professos, mas dos 250 anos da história colonial, em que êle pensou e viveu como cristão-nôvo, e êste é o elemento que pesou na História do Brasil. Aborda as dificuldades para o estudo dos cristãos-novos no Brasil, uma vez que as fontes documentais sôbre os mesmos, via de regra, são oficiais, e mesmo pelas dificuldades de identificação da população brasileira em termos de cristãos-novos. De outro lado, o cristão-nôvo no Brasil, nem do ponto de vista religioso, nem político, pode ser considerado em termos homogêneos, constituindo um único grupo, haja vista que nem a Inquisição conseguiu reunir os cristãos-novos em uma única frente. A pesquisa e o estudo de extraordinário acervo documental existente em arquivos portugueses, e outros, podem conduzir a resultados imprevisíveis, de tal maneira que é impossível qualquer antecipação acêrca de problemas demográficos, profissões, e outros. As informações conhecidas até hoje não só eram incompletas, mas, muitas vêzes, errôneas, de modo que capítulos da História do Brasil deverão ser refeitos, à luz de novos documentos.

O Professor *José Honório Rodrigues* considera interessante o novo caminho seguido pela Relatora e observa que a diferença do cristão-novo no Brasil é devida mais ao ambiente cultural que às diferenças geográficas. De outro lado, nota que no estudo dos cristãos-novos é preciso atentar-se para as diversas camadas que vieram para o Brasil. Complementa ainda o trabalho apresentado, com várias indicações bibliográficas.

A seguir, a Professora *Jeanne Berrance de Castro* apresenta a Comunicação de sua autoria e da Professora *Júlia Maria Leonor Scaramano* sobre “O treinamento em pesquisa histórica em um Curso de Ciências Sociais”, dizendo das vantagens que gozam os alunos de Ciências Sociais face ao relacionamento da História com as demais Ciências do Homem, e a possibilidade de utilização das técnicas por elas oferecidas. Tece considerações acêrca da função dos professores de História, no levantamento e conservação do acervo documental da região, e sobre a sua utilização não para a micro-história, mas para um relacionamento entre a História local e a História global, constituindo a primeira um modelo para a compreensão dos problemas nacionais. Relata a experiência que está sendo realizada na Faculdade de Filosofia de Rio Claro, quando a pesquisa histórica com documentação local pode proporcionar bases para o planejamento, abandonando-se a idéia de que a História preocupa-se apenas com o passado, desligada dos problemas do desenvolvimento nacional. Assim, o aluno de Ciências Sociais, com treinamento rigoroso e sistemático, é levado a melhor consciência das técnicas utilizadas pelo historiador e, sobretudo, no contacto e no trabalho com as fontes primárias, afasta-se dos riscos de generalizações teóricas divorciadas de uma base documental rigorosa.

A Professora *Ana Maria de Almeida Camargo* apresenta, a seguir, a sua Comunicação sobre “A Hemeroteca Júlio de Mesquita no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, que assinala a falta de arquivos de periódicos brasileiros em São Paulo, aponta os existentes, e trata da Hemeroteca Júlio de Mesquita com cêrca de 5 mil títulos de periódicos diferentes. Nesta Comunicação, entretanto, relaciona apenas os jornais paranaenses, que dela fazem parte, devendo, porém, a publicação que será feita dentro de um ano, arrolar todos os títulos ali existentes.

O Professor *Eurípedes Simões de Paula* comunica que o Centro de Documentação do Departamento de História da Universidade de

São Paulo, já microfilmou os jornais do Rio Grande do Norte, estando o material à disposição dos estudiosos interessados.

*

4. — *Conclusões.*

Encerrados os trabalhos da Mesa-Redonda, puderam ser extraídas, as seguintes conclusões principais:

- 1ª). — O problema básico da pesquisa histórica no Brasil está na situação deplorável em que se encontram os seus arquivos. Daí o apêlo formulado para a concretização de uma política nacional de Arquivos e de um Projeto Nacional de Levantamento e Arrolamento de Arquivos;
- 2ª). — A História do Brasil deve constituir o centro das preocupações dos pesquisadores nacionais;
- 3ª). — Êstes, deverão, com a devida formação e treinamento, empregar as novas técnicas postas à disposição do historiador pelo progresso da Ciência contemporânea (*).

(*) . — Reproduzimos, a seguir, alguns dos trabalhos apresentados em Curitiba (Nota da Redação).